



# MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO ANO II N.19 OUT/NOV 98

## A CRISE TENDE A SE AGRAVAR

Inflação sobe mês a mês. Já passa dos 14% mensais. O governo prepara-se para voltar a pagar a dívida que só será possível atacando as massas ainda mais. O FMI exige mais recessão e arrocho. O governo já garantiu que pretende agravar o quadro recessivo. Assim procura-se descarregar o peso da crise capitalista sobre as massas para proteger os superlucros do grande capital. O proletariado terá que se contrapor abertamente a Collor e ao imperialismo, através de uma luta centralizada e nacional, para varrer como plano antinacional e antipopular.

**NENHUMA TRÉGUA AOS PATRÕES**

## NADA DE PACTO ! ORGANIZAR A GREVE GERAL !

Para tentar conter os trabalhadores, o governo acena com o Entendimento Nacional. Com isso, quer segurar as greves e garantir a continuidade do plano econômico de desestatização, recessão, fome e miséria para as massas com a cumplicidade das entidades sindicais. A direção da CUT, ao decidir participar das negociações para o Pacto, traiu as deliberações do Congresso nacional da CUT de 86 e mais do que isso, passou para o campo da conciliação de classes e bloqueou as campanhas salariais e a própria "construção da greve geral". Os trabalhadores não podem negociar com o governo mais arrocho, mais miséria e mais exploração. Contra essa linha de traição é preciso unificar as massas numa luta nacional por: SALÁRIO MÍNIMO REAL COM ESCALA MÓVEL. REPOSIÇÃO DAS PERDAS. ESTABILIDADE NO EMPREGO COM ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO. TERRA AOS CAMPONESES E AOS SEM-TETO. PELA EXPULSÃO DO IMPERIALISMO.

### A DENÚNCIA DO VOTO NULO

UMA IMPORTANTE CAMADA DA POPULAÇÃO DENUNCIOU A CORRUPÇÃO ELEITORAL E PARLAMENTAR REJEITANDO, ELEITORALMENTE, A TODOS OS PARTIDOS, INCLUSIVE AO PT. ESTE RESULTADO É UM SINTOMA DA DESCONFIANÇA DOS TRABALHADORES DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICO-BURGUESAS, QUE PARA SE TORNAREM CONCIENientemente ANTICAPITALISTAS PRECISAM DA MEDIAÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO.

BALANÇO DAS ELEIÇÕES	PAG. 3
PACTO SOCIAL	PAG. 6
ERUNDINA E OS DONOS DE ONIBUS	PAG. 8
PROFESSORES REAGEM CONTRA A ARTICULAÇÃO	PAG. 9
MOVIMENTO ESTUDANTIL	PAG. 10
JUDICIÁRIOS: ELEITORALISMO DA CONVERGÊNCIA EM QUEQUE	PAG. 11
AS OCUPAÇÕES EM DIADEMA	PAG. 12
OS PLANOS DO IMPERIALISMO PARA AMÉRICA LATINA	PAG. 14
GORVACHOV REINVENTA A ESCRAVIDÃO	PAG. 14
GUILLERMO LORA NO BRASIL	PAG. 16

# COLLOR QUER MAIS RECESSÃO

## A LUTA NACIONAL SE IMPÕE

Na fase de crise econômico-financeira do capitalismo, os Planos governamentais têm por finalidade reequilibrar e, portanto, estabilizar a economia. Foi com este propósito que Collor lançou seu plano antinacional e antipopular. O quadro anterior era de escalabro financeiro, de situação pré-fallimentar da União, imersa numa grande dívida interna, de crescente desvalorização da moeda (inflação de 80% ao mês), crescimento vegetativo da produção e descarada atividade especulativa.

Na visão do governo, estabilizar o país significava e significa reduzir a inflação, a 2 ou 3 %, reestruturar o orçamento do Estado (alcançar superávit fiscal), disciplinar o mercado especulativo de capitais, redirecionar o fluxo de importação e exportação e, finalmente, reatar as negociações com os credores externos. Para isso, Collor desfechou um tremendo choque econômico, que foi do congelamento dos pequenos e médios poupadores até um dos maiores confiscos salariais da história do país, que empobreceu ainda mais, da noite para o dia, a maioria oprimida.

Entre o conjunto de medidas tomadas, as fundamentais se orientavam e orientam para a redução salarial, como forma de proteger os capitalistas e reduzir o consumo, privatizar as empresas estatais, enxugar os gastos do Estado (a ponto de impossibilitá-lo de investimento mínimo na economia, quando este sempre foi um investidor decisivo para dinamizar a produção) e abrir o mercado interno para os produtos estrangeiros. O chamado novo Plano Industrial, a nova Política Agrária, a Reforma Patrimonial e Administrativa (demissão em massa do funcionalismo e desestatização), Reforma Monetária, etc., visavam em breve espaço de tempo ajustar a economia e abrir em seguida uma nova etapa de crescimento.

Desta forma, uma breve recessão era necessária (quebra da produção e demissão), bem como mais sacrifício das massas, que posteriormente seriam compensadas. A chamada economia de mercado, livre comércio, etc., faria os preços baixarem, a inflação retroceder perto de zero, as mercadorias fluírem naturalmente e os salários se recomporiam. Entretanto, o que assistimos é bem o oposto. A retomada da crise está em pleno vigor e a desestabilização ameaça vir com mais força.

Os trabalhadores passaram a comer menos, muitos ainda não readquiriam seus empregos, e o custo de vida atinge mais de 14%, enquanto que os salários estão congelados. O governo conseguiu, com apoio da burocracia sindical, evitar que as greves rompessem com o arrocho, porém mesmo assim os preços continuam

a crescer, principalmente das mercadorias de consumo popular.

Recentemente, o Banco Central foi obrigado a emitir moeda, inflacionando a economia, enquanto que, por outro lado, deixou de recolher 900 bilhões da conta cruzado, em grande parte de posse dos bancos estaduais, que se encontram numa situação de bancarrota na maioria dos Estados. Mesmo assim se quebraram os bancos do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, porque não tinham como saldar a grande emissão de títulos, com os quais os aplicadores especulavam (389 bilhões de cruzeiros). Tudo indica que pode haver mais falências, que quer dizer mais desemprego e concentração bancária.

Porém, esses acontecimentos são apenas um reflexo da retomada da crise. Os exportadores estão pressionando o governo para desvalorizar a moeda, os Industriais reclamam da necessidade dos comerciantes pagarem a vista, os banqueiros cercam o governo para que mantenha as altas taxas de juro, que atingem a casa astronômica de 35% ao mês, ainda que isso venha a quebrar parte das indústrias nacionais, como declarou abertamente o banqueiro Mário H. Simonsen. A nível internacional, os bancos credores exigem imediatamente a retomada do pagamento dos juros acumulados na ordem de 9 bilhões de dólares.

A situação crítica dos bancos norte-americanos tem se constituído num fator de grande pressão sobre os países semicoloniais devedores, ao lado da crise de superprodução mundial. A elevação do preço do petróleo alimenta a alta inflacionária, perante a qual o FMI exige que não se repasse para os salários. De todos esses problemas, o avanço recessivo sobre as principais economias, particularmente a dos EUA, comparece como uma força de decomposição que agrava os já debilitados países submetidos ao imperialismo.

Os monopólios e cartéis, assim como os grandes magnatas das finanças, se colocam por manter os lucros a qualquer custo. Não é por acaso que a livre concorrência tão defendida por Collor não passa de uma ficção. Eles determinam os preços e a produção. De nada adiantará a equipe econômica pretender disciplinar e regulamentar o poder dos cartéis, pois a propriedade monopolista, sob a qual se assenta toda relação de produção, é a fonte primária da crise capitalista em marcha.

O caminho "escolhido" pelo governo para enfrentar os profundos desequilíbrios, que vem se desenvolvendo desde meados de 70, foi o de transformar a estagnação em recessão. Este é o fundamento do choque monetarista. Depois de algum tempo se vê que a inflação persiste, a tenta-

tiva de arranjo de uma parte dá lugar a desarranjos mais profundos, como por exemplo a crescente importação e decrescente exportação, seriamente ameaçada com a onda protecionista das metrópoles e controle dos financiamentos a longo prazo.

A política entreguista facilitada que as tendências devastadoras da crise internacional se projete com maior força sobre a nação oprimida e atrasada. Inclusive porque as metrópoles imperialistas trabalham com todas as armas disponíveis para que os países semicoloniais arquem com o maior peso da crise mundial. A centralização das forças produtivas mundiais e o controle quase absoluto do capital financeiro em suas mãos lhes permitem passar por cima das fronteiras nacionais e impor os rumos da crise (a barbárie).

Os resultados do Plano Collor ainda não foram suficientes para sequer pôr uma pausa na instabilidade. Ainda não arrebitou com ramos inteiros da produção, não colocou as gigantescas estatais em poder dos bancos credores, não abriu suficientemente o mercado, a ponto de sucatear uma parcela da indústria nacional, não entregou as reservas cambiais para o pagamento dos juros, não suprimiu completamente os subsídios, enfim, nem o poço da recessão foi ainda profundamente cavado, nem o entreguismo em toda linha, prescrito no Plano, foi totalmente cumprido.

O fato é que Collor não conseguiu se impor cabalmente perante todas as frações da burguesia e sobre as massas, que insistem em resistir pela luta. Porém, terá de dar mais um passo em suas medidas catastróficas para a mais recessão, desemprego e miséria. Este é o sentido do Pacto Social. O governo pretende amornecer o conflito de classe, que certamente se potenciará com uma nova fase da crise capitalista e medidas antinacionais e antipopulares que serão tomadas.

O proletariado terá de se bater contra os limites colocados pelo reformismo à sua ação direta para se contapor abertamente a Collor, e ao imperialismo. A tarefa está em alcançar a centralização nacional do movimento grevista, que coloque o proletariado na dianteira das aspirações das massas oprimidas. As bandeiras transitórias de luta como salário mínimo real, com escala móvel de salários, estabilidade, com escala móvel do emprego, reposição de todas as perdas; terra aos camponeses e aos sem-terra e expulsão do imperialismo, deverão servir de ponto de partida para a luta de massa, para a sua centralização, organização da greve geral e construção de um movimento ant imperialista e anticapitalista, por um governo operário e camponês.

# O REPÚDIO A TODOS OS PARTIDOS

As últimas eleições registraram um número recorde de votos brancos e nulos. Nunca no Brasil se protestou tão massivamente através do "voto em ninguém". Uma grande parcela das massas, descontente com os políticos e os partidos, que prometem todos os anos melhorias enquanto a situação vai ficando cada vez pior denunciou a corrupção eleitoral e parlamentar rejeitando maciçamente a todos os candidatos e partidos.

Trata-se da manifestação de uma ampla camada da população, que tem experimentado todos e cada um dos partidos políticos, sem que nenhum deles corresponda às suas expectativas. Votou no MDB, depois PMDB, e não resolveu nada, votou no PT e PDT e estes também não resolveram. Cada político que é levado ao parlamento ou ao executivo acaba corrompido pela pressão da máquina burguesa. Principalmente do PT, porque a maioria já é corrompida pela política burguesa e pelo poder econômico que patrocina suas campanhas. Parte da população, com os nulos, brancos e abstenções denunciou a todos.

Apesar do conteúdo diferenciado da maciça votação branca e nula, podemos afirmar que uma parcela desses votos, desiludida com a política burguesa (e pequeno burguesa), expressa uma tendência a resolver seus problemas pela ação direta, pela suas próprias mãos. Entretanto, majoritariamente, trata-se de um descontentamento que, ainda que democrático, porque não nega o processo eleitoral como tal, revela uma profunda desconfiança nos políticos e nos partidos. O que quer dizer que não se esgotaram as ilusões democráticas desse setor, ainda que este tenha já realizado uma certa experiência com o processo eleitoral. Trata-se do amadurecimento de uma parte importante das massas, que aponta para a negação do processo eleitoral, utilizado pela burguesia para encabrestar e arrastá-las, e que só não se coloca conscientemente como tal pela ausência do partido revolucionário, profundamente enraizado nas massas.

A votação branca e nula foi um não, mesmo que circunstancial, aos partidos da esquerda burguesa (PMDB, PSDB, PDT, etc), mas também ao PT. Não se pode afirmar simplesmente que a população votou à direita, apenas porque o PT e a esquerda burguesa fracassaram. O "voto à esquerda", contra o governo, que antes era capitalizado pelo PT (e pela esquerda burguesa) hoje se manifesta através dos votos brancos e nulos. As experiências negativas com o PT tiveram grande influência nesse resultado. As administrações petistas que se voltaram contra os assalariados, a política de alianças com os partidos patronais e a paralisação diante do ataque às condições de vida das massas

desgastaram profundamente o PT. E as esquerdas, que capitularam vergonhosamente frente às imposições da Articulação (Regulamentação das Tendências) foram surpreendidas pelos trabalhadores. O fracasso eleitoral do PT também se atingiu, porque estiveram mergulhados no eleitoralismo.

Os votos brancos e nulos também demonstraram a grande desorganização do proletariado. Ao se contrapor ao governo, aos políticos e aos partidos burgueses, uma parte da massa trabalhadora não encontrou um canal, uma organização com a qual se identificassem, para se expressar. É preciso dizer que uma boa parte dos votos na direita também expressa esse motivo.

Mas a questão fundamental está em que, diante da atual situação, torna-se cada vez mais gritante a necessidade do partido revolucionário. Todo esse descontentamento e essa desconfiança, expressos na denúncia do voto branco e nulo, poderiam ser capitalizados pelo partido revolucionário, que procuraria canalizá-los para o esgotamento das ilusões democráticas e para o enfrentamento com o governo. O partido revolucionário, no quadro atual, poderia ajudar o proletariado a dar passos significativos no caminho da luta anticapitalista (da revolução). A T. P. O. R. defendeu o voto nulo programático, mas ainda é um embrião de partido, por isso não pôde expressar a grande manifestação de repúdio aos partidos burgueses e ao reformismo petista, embora tenha se colocado a favor das tendências de repúdio da camada mais revoltada.

Sem o partido revolucionário enraizado nas massas, não há como chegarem à consciência de classe, superarem as ilusões democráticas e tomarem o caminho da luta pelo poder. Enquanto não há o partido, as massas continuarão invariavelmente sendo arrastadas para as eleições pela burguesia, que nelas sempre faz prevalecer o poder econômico. Por mais que se procure arranjar outras explicações, nas eleições, o que prevalece é o poder econômico, e é evidente que um partido como o PT não pôde ganhar as eleições porque não teve um vasto apoio econômico por trás de si, imprescindível para o êxito eleitoral (vide a campanha de Fleury). As correntes de esquerda que vão por outra via, tentando encontrar uma outra explicação para essa questão, acabam por concluir no eleitoralismo. Porque o fundamental é que não é possível as massas chegarem ao poder pela via eleitoral, que é o campo próprio da burguesia. As massas só chegarão ao poder pela via insurrecional, encabeçadas pelo proletariado e isto também só é possível através da construção do partido operário revolucionário.

## PERSISTE A CRISE POLÍTICA

A eleição de Collor de Mello não foi suficiente para superar a crise do regime político. Não foi capaz de conseguir uma maioria homogênea burguesa que fosse capaz de materializar o plano antinacional e antipopular. As últimas eleições foram utilizadas pelas frações burguesas para tentar um reordenamento entre as mesmas ao redor do Estado, e com vistas à futura reestruturação partidária.

Seu resultado foi um fortalecimento do que há de mais atrasado no quadro político: as oligarquias regionais. O que significa que o reordenamento pretendido resultou no fortalecimento daquelas frações que mais tem interesses fiscalísticos, que busca no interior do Estado o favorecimento de seus grupos e regiões, através de verbas, investimentos estatais, etc. Esses interesses, em certa medida, são afetados pelo plano Collor, de desestatizar e desregular a economia. O que certamente deve levar a um agravamento dos conflitos entre as frações burguesas, porque as

eleitoralmente vitoriosas, apesar de apoiar o plano, lutam para garantir os benefícios que décadas de favorecimento lhe forneceram. Não é à toa que o jornal imperialista New York Times avalie com muita preocupação os resultados das últimas eleições, afirmando que a vitória dos oligarcas deve dificultar a realização do plano de estabilização e abertura ao capital externo.

Da parte do governo, a tendência é de endurecimento, uma direitização ainda maior. As dificuldades em formar uma frente burguesa de apoio a fundo ao plano deve ser enfrentada a partir de agora com os métodos próprios de autoritarismo. A indicação de um militar, o coronel Jarbas Passarinho, para Ministro da Justiça, aponta qual será o caminho que Collor terá de seguir de agora em diante. A fascistização do governo responde às dificuldades do governo em relação aos interesses em choque das frações burguesas e à tendência das massas a saírem às ruas contra o agravamento ainda maior das suas condições de vida.

## T. POR

# O VOTO DE INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Em qualquer luta política os revolucionários primam por desenvolver as posições de independência de classe do proletariado. No campo eleitoral, por estar sobre o controle da burguesia e seu Estado, a defesa da independência ganha importância redobrada. A utilização da democracia burguesa visa, precisamente, combater as ilusões democráticas criadas por ela, isto é, pelos partidos burgueses e as instituições que a encarnam. Quando não se pode cumprir essa exigência, a participação eleitoral se condiciona ao democratismo burguês e, portanto, não é revolucionária.

Nestas eleições foi justamente o que ocorreu. Por isso, a T. POR se posicionou pelo voto nulo programático, isto é, pela construção do partido operário revolucionário, pelas reivindicações das massas (salário mínimo real, escala móvel dos salários, reposição integral das perdas e terra aos camponeses), e contra a direção do PT que tratou a aspiração do proletariado de construir um partido revolucionário.

A T. POR analisou que, de um lado, os trabalhadores estavam pressionados por uma campanha milionária da burguesia, de outro, o PT agia contra os interesses dos oprimidos ao amoldar a CUT, e ele próprio, não organizar o combate direto contra a ofensiva capitalista e pró-imperialista de Collor. Neste mesmo momento, a direção desfechava uma ofensiva repressiva contra as Tendências de esquerda, que militam no seu interior. A linha de expurgo adotada pela posição majoritária, com apoio de algumas correntes como DS, O Trabalho, Vertente Socialista, etc., expôs toda burocratização do partido, fruto da estratégia reformista e do eleitoralismo.

O VI Encontro Estadual de S.P. e o VII Encontro Nacional aprovaram uma política claramente social democrata, fundamentando a estratégia pró-burguesa do governo democrático e popular, bem como da tática de coalizão com os partidos burgueses, considerados imprópriamente de progressistas (PSDB, PDT, etc.). Não foi por acaso que as campanhas eleitorais mais importantes como a de São Paulo e Rio de Janeiro se deram sob o signo do desenvolvimentismo capitalista. Assim, não poderia haver dúvida de que o PT estava contraposto às tendências de luta dos assalariados, que procuravam uma via para resistir ao Plano Collor, e adaptado às manobras do pleito dirigido pelos principais candidatos burgueses. Ao mesmo tempo, as correntes de esquerda do PT compareciam diluídas na política demagógica do partido, umas temerosas de serem podadas, como Causa Operária, que se comportou como um coelho acodado, outras sorridentes pelas possibilidades de seus candidatos.

Desta maneira, não havia sequer a variante do voto no PT em defesa do programa revolucionário, como forma de divulgar as idéias de construção do partido operário, e de ajudar os trabalhadores a superar suas experiências com o reformismo petista. Nestas circunstâncias, o voto nulo programático se constituía na única alternativa de independência de classe. Tratava-se de se opor a enorme pressão burguesa contra a luta direta, pressão essa encarnada pelo próprio PT e pela direção da CUT.

## ELEITORALISMO E MOVIMENTO OPERÁRIO

A campanha eleitoral deste ano não conseguiu arrastar às ruas as dezenas de milhares de pessoas que, nas presidenciais, foram aos comícios de Lula em todo país. As massas, de um modo geral, deram as costas às eleições. Mesmo assim, a campanha eleitoral conseguiu conter as lutas das massas, e isso aconteceu por responsabilidade do PT e da direção da CUT.

Os meses de maio a agosto foram palco de centenas de greves por todo o país, em sua maioria greves por fábrica ou local de trabalho. Foram greves de reação ao arrocho salarial e ao desemprego causados pelo plano Collor. A onda de greves pressionou a direção da CUT, que no encontro de Minas (Belo Horizonte, 19 de setembro) levantou a bandeira de "Construir a Greve Geral". Mas, ao mesmo tempo em que levantara a greve com uma mão, com a outra ia às negociações do Pacto Social. E, com receio de que a radicalização pudesse prejudicar eleitoralmente o PT e suas frentes nos Estados, assumiu uma postura de contenção das lutas (vide greves da Ford e da CSN). Assim, o desgaste das lutas isoladas trouxe um declínio das greves, que serviu de base para não lançar as campanhas unificadas de luta, que acabaram bloqueadas. Na campanha eleitoral, a política reformista freou as lutas e acabou sendo rejeitada pelos trabalhadores.

## UMA DERROTA SEM PENA NEM GLÓRIA

O fato é que o PT participou das eleições como qualquer um dos partidos burgueses, diluindo-se no mar de demagogia eleitoral e propagandismo dirigidos à caça de votos. Porém, não foi o suficiente para angariar bons dividendos para as candidaturas a governador. Primeiro, porque não pôde competir com as campanhas milionárias da burguesia. Segundo, porque as experiências com suas gestões populares acabaram por desmascarar, em parte, sua política populista de reformas do capitalismo. Terceiro, porque as oligarquias regionais mantêm um forte poder de encabrestamento eleitoral das massas oprimidas e despolitizadas. Quarto, porque a política democratizante do PT, em certa medida, se assemelha à do antigo MDB, que depois como PMDB, se constituiu num fracasso ao se mostrar incapaz de qualquer reforma a favor das massas populares e se revelar laçalo do grande capital. Desta forma, a máquina da oligarquia arrastou a maioria dos votos válidos.

O que chama a atenção é a avaliação feita por alguns dirigentes do PT, de que o fracasso do partido se deve à renúncia a algumas coligações regionais com outros partidos, principalmente com o PDT. Com isso, querem responsabilizar a ala esquerda, que impossibilitou acordos como os do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Certamente, a cúpula petista não reconhecerá o argumento de que os trabalhadores, por experiência, sabem também reconhecer aqueles que falam em seus nomes, mas que ao mesmo tempo limitam as lutas e manobram com as greves. A explicação da derrota devido à não realização de coligações servirá para a direção pressionar ainda mais o partido para que se adapte, em toda linha, aos mecanismos eleitoralistas e à política de colaboração com setores da burguesia. Sem dúvida, esta é uma condição para se ganhar pleitos. Os eleitores, que se encobrem com a idéia de um partido dos trabalhadores, não medirão esforços para ganhar postos no poder do Estado burguês. Cabe à vanguarda militante reconhecer este fato e se colocar por construir o partido operário revolucionário.

## O VOTO NULO ATINGE A ESQUERDA

A T.POR foi a única corrente de esquerda a defender o voto nulo programático, por considerar que não era possível travar a luta pela independência de classe através do PT, que tem pressionado a CUT a se silenciar perante a necessidade da luta grevista nacional e a se curvar diante do governo Collor. Ao romper com o PT burocratizado, chamou as Tendências que se reivindicam do trotsquismo a seguirem o mesmo caminho e se posicionarem pelo voto nulo neste pleito, determinado pela situação concreta de freio à luta grevista. Ao se manterem fundidos com o PT, foram responsáveis pelo eleitoralismo desmobilizador. Arrastaram-se por detrás da máquina reformista. Não puderam desenvolver uma política independente e revolucionária. Pelo contrário, revelaram seu apego às urnas. Toda sua ação se resumiu à cobice parlamentar, isto é, eleger os seus candidatos, a ponto de se colocarem na mesma trilha do propagandismo populista. O lema "Vote contra a farsa colorida, o PT é a safada" do candidato Júlio Turra e outras no mesmo nível, como a de "não tenha medo de ser feliz", ao estilo de Carlos Bauer, apoiado por várias correntes, demonstraram a decomposição democratizante destas posições arrivistas. O papel mais vergonhoso coube a Causa Operária, que teve suas candidaturas impugnadas e seu pedido de direito de Tendência Interna rejeitado pela direção do PT, e mesmo assim acabou fazendo campanha para vários burocratas sindicais. E isto sem sequer levantar um programa próprio. Esta é uma das táticas do parasitismo político. Pois bem, os votos nulos, brancos e as abstenções também atingiram os oportunistas de esquerda.

## O POVO É O CULPADO ?

"O povo não é inocente. Terá de se responsabilizar pelos próximos cinco anos". Esta é uma das idéias de avaliação da derrota do PT em São Paulo proferida por Lula. Para o eleitorado de esquerda, trata-se de responsabilizar o povo por ter votado no direitista Maluf. Porém, o que Lula não diz é que os trabalhadores elegeram Erundina, Bittar, José Augusto, etc, que, logo depois de se apossarem do poder, passaram a agir como qualquer governo burguês. Seria bom que o líder petista primeiro julgasse o seu partido e a sua própria conduta política de parlamentar, dada ao conchavo de cúpula. A experiência ensina que, no campo eleitoral, as massas sempre se manifestam sob violenta pressão do aparato burguês de propaganda e corrupção. Por isso, a intervenção revolucionária nas eleições objetiva se contrapor à farsa burguesa e chamar os explorados a se organizarem em torno de um programa revolucionário, para travar a luta anticapitalista. O PT e o próprio Lula, ao contrário, chamam os oprimidos a confiarem mais na democracia (Parlamento, eleição), do que nas suas próprias forças. Assim, o povo será culpado por todo o sempre. Não é por acaso que o Lula está contra o voto nulo no segundo turno e pretende dar apoio a Fleury por debaixo do pano.

## PT, APOIA OU NÃO APOIA FLEURY ?

A posição do PT perante o 2o turno em São Paulo é no mínimo curiosa. Não se posicionou nem pelo voto nulo, nem pelo branco e nem pelo Fleury, porém a direção regional tem como orientação não apoiar nenhum dos candidatos. A decisão final ficará para o dia 28, até lá as diferentes posições se degladiarão nos bastidores. Na verdade, a direção adia a decisão para correrem soltas as negociações de cúpula com os porta vozes de Fleury. Se depender do Lula, fará campanha para atacar centralmente Maluf e por tabela favorecer Quercia-Fleury. É a velha estória do mal menor da política burguesa. Para a elite dirigente da Articulação, um fato é certo: o PT não deve se posicionar pelo voto nulo. José Dirceu afirma que "o voto nulo é despolitizado e parece contrário ao processo eleitoral". Enquanto que "o voto em branco é a continuidade do voto no PT". Af está o grande problema do PT, como partido da democracia burguesa, não pode dar margem a que pensem que esteja negando o processo eleitoral. Um partido eleitoreiro não vê nos demais partidos o seu conteúdo burguês e as eleições como um castigo para as massas.

## PORQUE SARNEY APOIA O PT

No Amapá, o candidato a governador do PT, Gilson Rocha, passou a negociar com José Sarney seu apoio para o segundo turno. Segundo a imprensa, o PT se dividiu em três alas: a que rejeita qualquer apoio, a que aceita o apoio sem nenhuma contrapartida e, finalmente, a que não só aceita como admite Sarney participar das atividades. O presidente do partido, Francisco Amorim, chegou a aventar a possibilidade dos cabos eleitorais de Sarney trabalharem pela candidatura petista. Tudo indica que Sarney procura contar com o apoio do PT no Maranhão para seu afiliado político Edison Lobão. É preciso maior prova de corrupção e tráfico político do que esta? São coisas do eleitoralismo.

## CORRUPÇÃO DOS PREFEITOS DO PT

Os prefeitos do PT saíram na frente do partido e já estão defendendo o voto em Fleury no segundo turno em São Paulo. Luiza Erundina declarou seu "apoio crítico" ao peemedebista, mas destacou que não deve ocorrer em troca de cargos (O ESP-12/10).

Não é o que pensam e fazem os outros prefeitos do PT. Jacó Bittar, ao ser recebido por Quercia, conseguiu a liberação de 200 milhões para a construção do Hospital Municipal Mario Gatti em Campinas. Esta foi a maneira de Quercia "agradecer" a Bittar pelo apoio a Fleury.

Também o chamado Consórcio Internacional das Bacias do Piracicaba e Capivari, que reúne 11 prefeitos, sob presidência do petista José Machado, de Piracicaba, foi agraciado com a liberação de 50 milhões para "obras de tratamento de esgotos na cidade". Os prefeitos estavam "na fila" há oito meses para falar com o governador, mas agora, com o apoio a Fleury, a verba saiu rapidamente.

Como se pode ver, o democrático reformismo conclui no apoio à burguesia pró-imperialista, através dos métodos próprios do fisiologismo burguês.

Que os militantes classistas do PT se posicionem pelo voto nulo, contra os candidatos burgueses, em defesa da greve geral por tempo indeterminado e das reivindicações das massas!

# O GOVERNO RETOMA A INICIATIVA

Diante do fracasso do Plano de estabilização econômica, do aprofundamento da crise e a perspectiva de extensão da mobilização das massas que continuam resistindo aos efeitos catastróficos do Plano pró-imperialista, o governo lançou a proposta de pacto social, batizada de "Entendimento Nacional".

O objetivo explícito do Entendimento, segundo o documento do governo, é "uma trégua que permitirá conter as tensões imediatas entre capital e trabalho e assegurar o êxito do Plano de estabilização econômica". Trata-se, portanto, de um acordo para que o governo possa continuar aplicando seu plano pró-imperialista de desestatização, recessão, fome e miséria para as massas, com a cumplicidade das Entidades sindicais.

Nas condições de superexploração a que está submetida a massa trabalhadora, a ponto do próprio documento do governo reconhecer que "...a massa salarial corresponde a trinta por cento da renda nacional, enquanto os outros setenta por cento representam a remuneração do capital." (FSP 11.10.90), e da perspectiva de maior recessão e desemprego impostos pelo Plano Collor, caberia perguntar: que pacto podem as massas fazer? O pacto neste caso só pode significar que os trabalhadores abandonem a sua luta por um pedaço de pão, por trabalho e pela sobrevivência, deixando-se esfolar mansamente para que o governo possa então entregar as estatais aos credores, pagar a dívida externa, cortar ainda mais os gastos sociais, provocar desemprego

em massa e conseguir, então, salvar o seu plano.

Até agora o governo contou com a cumplicidade implícita da burocracia cutista que se recusou a centralizar e unificar o movimento grevista contra o governo, que se alastra por todo o país. Mas, nem assim, os trabalhadores arrefeceram seu empenho de resistir, e todos os dias explodem novas lutas. Por outro lado, o aprofundamento da crise obrigará o governo a ir mais fundo no seu ataque às condições de vida dos assalariados para cumprir as metas de recolonização traçadas e os novos acordos com o FMI (inflação de 3% em 1991), bem como as pressões redobradas da banca internacional sobre o país. Isto coloca para o governo a necessidade de quebrar a resistência das massas, que até agora não foram politicamente derrotadas. A proposta do pacto é, portanto, uma manobra para quebrar o movimento nacional das massas, expresso nas milhares de greves, ocupações e enfrentamentos. E é claro que o governo não tem nada a oferecer senão mais fome e miséria, mas ganha tempo com a conversa do pacto e evita de utilizar, por enquanto, a força bruta para enfrentar as massas.

A inclusão na pauta de discussão de temas como "participação nos lucros" e "aumento da participação dos salários na renda nacional, a longo prazo" é pura demagogia, uma vez que não se diz de que maneira isto será possível num quadro recessivo, de concentração de capitais e onde cada capitalista procura se salvar, por seu lado.

Tudo isto é transparente. Mas o que o trabalhador se pergunta é o que a Cut está fazendo lá? O que acham Meneguelli e Gilmar Carneiro que vão conseguir correndo atrás da FIESP e do PNBE e do, agora, novamente ministro Passarinho?

Com o pretexto de que negociar não é o mesmo que fazer pacto, a direção nacional da Cut votou pela participação da Entidade na mesa do Entendimento Nacional, que aprovou no dia 10 de outubro o funcionamento da Comissão de Coordenação, os temas e o calendário dos trabalhos.

A integração da Cut no entendimento é tanta que Meneguelli & Cia. rivalizam com a CBT em seu empenho para elaborar uma pauta de entendimento e não param de "...conversar com as outras entidades para buscar pontos comuns" (GM 16.10.90), mesmo que ache difícil fechar um acordo único. "Existe uma deliberação da Cut de procurar todas as entidades e interlocutores, sem privilegiar ninguém, diz Meneguelli-

## ABAIXO A COLABORAÇÃO DE CLASSE

A direção da Cut abandonou de vez qualquer traço de independência de classe e passou com armas e bagagens para o campo do inimigo. Bastou o chamado do governo para o Entendimento para se esquecerem das reivindicações das massas que lutam desesperadamente por sobreviver.

Em nome de uma hipotética redistribuição de renda patrocinada (sabe-se lá como) pelo capital, a Cut se esqueceu da luta pela reposição dos mais de 300% da perda salarial; do salário mínimo do Dieese; da estabilidade no emprego; da redução da jornada de trabalho e da reforma agrária. Em nome da "negociação" vale tudo, até deixar a classe morrer de fome.

## O PACTO DA CUT PELA BASE

Na plenária do dia 19/09 em São Paulo, a direção regional distribuiu um texto, escrito pelo escritório da CUT pela Base, no qual se propõe a criação de um "Fórum dos oprimidos e explorados para enfrentar o governo e os patrões", supostamente em oposição ao Pacto Social. Crítica a proposta do Pacto, que "criaria um ponto de apoio sólido e confiável dentro das nossas próprias fileiras". Entretanto, qual é a alternativa apresentada por esse agrupamento?

Baseado na experiência da "poderosa frente unitária dos setores democráticos e populares que disputou, e quase conquistou, a prerrogativa de dirigir o país", propõe um "Fórum dos setores sindicais, populares e democráticos que discuta a alternativa desse campo ao projeto neoliberal". O que significa isso?

Significa que a CUT pela Base é favorável a um outro tipo de pacto, que não abarcaria os setores da direita, mas do qual participariam a esquerda democrática (setores do PMDB, PSDB, PDT, etc), e realmente estariam dispostos a realizá-lo, desde que se garantissem: "acesso aos locais de trabalho", "acesso aos meios de comunicação em rede nacional" e "estabilidade no emprego", e ainda, conforme se colocou na plenária, se consultassem antes as bases e os trabalhadores".

Essa corrente mostra-se mais uma vez incapaz de se colocar como alternativa de luta em relação à Articulação. A CUT não precisa de uma direção alternativa vacilante, mas de uma que se coloque firmemente pela independência de classe, e disso a CUT pela Base é incapaz.

11."(GM 16.10.90).Ele até elogia o anterior coordenador do pacto;"O Cabral não foi escolhido.A sua coordenação surgiu naturalmente.Outra coisa é o Passarinho.Mas tudo vai depender de sua atitude."(GM 16.10).Claro, porque se depender da atitude da Cut tudo bem!

Enquanto as massas são golpeadas pelo desemprego,pelo arrocho salarial,pela miséria e pela fome, a Cut "negocia" sabe-se lá o quê,uma vez que eles

mesmos dizem não acreditar em qualquer acordo.

A colaboração de classe patrocinada pela direção da Cut, neste episódio do pacto, decorre da estratégia do governo democrático e popular defendida pelo PT.A mesma que já sacrificou as massas ao desarmá-las para resistir ao pacote quando foi decretado;manobrou com a greve geral de 12 de junho para depois cancelá-la e, agora, dá um passo

decisivo na sua integração ao Estado capitalista.Eles concebem as mobilizações exclusivamente como instrumentos de pressão limitado às instituições democrático-burguesas,em cujo âmbito pretendem resolver os problemas das massas.É na estratégia do reformismo pequenoburguês que se deve buscar a explicação de uma política tão desastrosa. Ela contém implícita a necessidade da colaboração de classes no quadro do Estado.

## NEGOCIAÇÃO OU PACTO ?

A participação da Cut no pacto/entendimento é uma capitulação tão evidente que logo a direção majoritária teve de fazer uma campanha para enfeitar a traição cometida,esclarecendo que a Cut só ia "negociar" e não fazer pacto,acrescentando ainda que não havia mal nenhum em negociar com quem fosse,afinal,não é isso que os trabalhadores e os sindicatos sempre fazem ?

Ora,trata-se precisamente da **NEGOCIAÇÃO DO PACTO PROPOSTO PELO GOVERNO** que tem o objetivo explícito de salvar o Plano econômico antinacional e antipopular.Nestas condições,só a aceitação de sentar à mesa para conversar já é um primeiro passo dentro do pacto.Nem toda a esperteza de que são capazes estes burocratas conseguirá ocultar este fato tão evidente.

Além disso,não é a negociação de reivindicações de trabalhadores com as máquinas paradas (que a Cut, aliás, se recusa a promover) para arrancá-las dos patrões,mas, a negociação de uma trégua social,ou seja,de uma reivindicação dos patrões e do governo.Ainda que a Cut diga que é contra a trégua, a negociação já é parte da trégua.

Não há,portanto,nada de extranho no fato da Cut ter tirado,demagógicamente,em Belo Horizonte,a tarefa de "Construir a greve geral" e manobrar com a unificação das campanhas salariais,e agora simplesmente substituir a construção da greve geral pela "negociação" com o governo e empresários.

A negociação do pacto poderá evoluir para algum tipo de acordo ou não.Mas mesmo que a burocracia cutista venha a romper com o Entendimento,o governo já conseguiu o que queria,colocar a Cut sob sua iniciativa e neutralizar a unificação das lutas que esta poderia promover sob a pressão das bases.Ao mesmo tempo,ficou selada a disposição da Cut em participar de um pacto social,que,se não for este,poderá ser outro futuramente.

Contrariamente a esta linha de submissão,o que se coloca é a defesa da independência de classe,traduzida numa oposição revolucionária ao governo pró-imperialista que unifique por detrás do proletariado ao conjunto das massas oprimidas por Salário mínimo vital com escala móvel;reposição de todas as perdas;estabilidade no emprego com escala móvel de horas de trabalho;terra aos camponeses e aos sem-terra e expulsão do imperialismo.

Frente ao pacto,nos colocamos pelo rompimento imediato e pela convocação de um Congresso extraordinário de bases da Cut que tenha como tarefa a preparação da greve geral pelas reivindicações das massas.

**NEM TRÉGUA, NEM PACTO COM O GOVERNO PRO-IMPERIALISTA !  
ABAIXO A POLÍTICA DE COLABORAÇÃO DE CLASSES DA DIREÇÃO DA CUT !  
GREVE GERAL CONTRA O GOVERNO !**

## CONTRA O PACTO GREVE GERAL

Na Cut regional/SP,a política de colaboração de classes da direção da Cut tem encontrado seus mais novos advogados na Cut pela Base.

Apesar de se declarar formalmente contra o pacto (em surdina claro),se recusam a levantar a bandeira da greve geral contra o Plano Collor e proibem que se critique abertamente a direção nacional pela participação no pacto.

Em quanto as massas procuram o caminho da greve geral em defesa de sua integridade,estes dirigentes se colocam por detrás da Articulação e do governo contra as massas.É claro,quem está pelo governo democrático e popular está pela colaboração de classes e contra as reivindicações dos trabalhadores.

Para enfrentar ao pacto e ao governo antinacional,há que defender a greve geral,esta é a posição que traduz a independência de classe.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS  
O JORNAL DA LUTA PELA  
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL No. 01171  
CEP 01057 SÃO PAULO SP

## O BRASIL RESOLVE O "PROBLEMA" DAS CRIANÇAS MATANDO-AS

Recentemente, a Anistia Internacional comentou a situação das crianças brasileiras e isso possibilitou que um jornal inglês, "The Independent", publicasse uma matéria dizendo "O Brasil resolve o problema de como tirar as crianças da rua. Matando-as".

O que parece sensacionalismo é a pura realidade. O Brasil possui 64 milhões de crianças e adolescentes, mas tem 20 milhões que já são pequenos-trabalhadores. São crianças incorporadas ao mercado de trabalho, cumprin-

do, jornadas de 40 ou mais horas de trabalho semanais e recebendo salários miseráveis. Meninos e meninas que são brutalmente arrancados da infância, da escola e são jogados para serem espoliados pelos capitalistas.

Essas crianças têm seu crescimento e desenvolvimento intelectual comprometidos, pois aos 17 anos possuem apenas 40% da força muscular de um adulto e o trabalho pesado prejudica todo o desenvolvimento orgânico. Sem falar das doenças. O exemplo das 9000 crianças que trabalham em

fábrica de vidro na Grande São Paulo e que apresentam silicose (doença fatal) serve para demonstrar uma das doenças a que estão sujeitas.

O que a Anistia não diz é que o que mata as crianças é o regime capitalista, que impõe a miséria e a fome à maioria da classe trabalhadora. No Brasil, país capitalista atrasado, as consequências desse regime são mais violentas. Por isso, as crianças brasileiras estão morrendo pelas atrocidades da super exploração do trabalho.

### TRANSPORTE:

#### ERUNDINA QUER SALVAR DONOS DE EMPRESAS DE ÔNIBUS

Nas eleições municipais, há dois anos, o PT prometia resolver os problemas de transporte na cidade de São Paulo, que se encontrava à beira do colapso (passagens caríssimas, frota reduzida, etc). Jânio era o prefeito e propunha a privatização da CMTC, que tinha sido arrastada para a beira da falência. A frente petista (PT, PCdoB, PC) fez todo tipo de promessas: estatização dos transportes, passagens sociais, etc.

Dois anos depois, a incapacidade da prefeitura petista diante da crise do sistema de transporte e da crise capitalista a leva a propor a "Tarifa Zero". Trata-se de um projeto segundo o qual se elevaria em cerca de 500% o valor do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) criando assim um fundo, do qual sairia o dinheiro para custear o transporte coletivo. Entretanto, o mesmo não seria estatizado, ao

contrário, até a CMTC seria privatizada, e as empresas receberiam da prefeitura por quilômetro rodado (hoje, em torno de 180,00).

Além do caráter demagógico da proposta, lançada às vésperas da eleição e a ser implementada somente em julho de 91, é preciso destacar que trata-se de uma proposta que procura ajudar um setor do capital a sair da atual crise, que será amplamente beneficiado com a medida.

Os reformistas do PT não se satisfazem apenas em iludir os trabalhadores (porque já foi dito que será difícil a tarifa zero, algum valor será cobrado), procuram ainda colaborar com um setor do capital em crise, enchendo ainda mais seus bolsos com dinheiro público.

Nada de privatização da CMTC! Nada de aumento do IPTU! Es-

tatização sem indenização dos transportes! E controle dos trabalhadores!

SINDICATO DOS CONDUTORES: POR QUE NÃO LUTA PELA ESTATIZAÇÃO?

A direção do sindicato dos trabalhadores em transporte devia ser a primeira a encabeçar a luta pela estatização do transporte, que certamente seria uma vantagem para a categoria. Entretanto, as forças que dirigem o sindicato (CS, US) são correntes reformistas, petistas, que por isso são incapazes de lutar contra a administração traidora do PT. O reformismo não é capaz de lutar contra si próprio.

Que o sindicato rompa com o reformismo e assuma uma luta contra a privatização da CMTC, e pela estatização das empresas particulares.

### SAÚDE:

#### A MISÉRIA CAPITALISTA AUMENTA DOENÇA DAS MASSAS

É cada vez pior a situação da saúde pública no Brasil. Hospitais deixaram de prestar serviços pela previdência social, grande parte dos leitos dos hospitais públicos está vazia por falta de material ou profissionais, enquanto o número de doentes aumenta a cada ano. A previdência estatal é cada vez mais golpeada, enquanto multiplicam-se os grupos de saúde privada (Golden Cross, Amil, etc). A indústria química/farmacêutica, monopolizada por meia dúzia de grupos estrangeiros, eleva os preços dos remédios várias vezes além dos índices de inflação, e aumenta o número de remédios com

a mesma função, e assim os lucros sobem às nuvens.

Os dados da ONU indicam que, na última década a miséria cresceu em quase 50% no Brasil. O número cada vez maior de famintos só pode ter como consequência o aumento do número de doentes.

Os grupos que lutam por melhores condições de saúde são, em geral, dominados por tendências populistas, como a Vertente Socialista, ou mesmo burguesas. Sob essas direções o movimento tem em geral sido inconsequente para impor suas reivindicações através da luta direta contra o Estado.

Em oposição à divisão e ao i-

solamento que em geral domina esses movimentos, é preciso colocar a necessidade da unificação. A união dos diversos grupos que lutam por saúde é fundamental para enfrentar o governo. Mas só isso não basta. É preciso procurar o movimento operário para que este adie a luta e incorpore as reivindicações da saúde, principalmente!

Contra as privatizações! Pela estatização global dos serviços de saúde e da indústria farmacêutica no país! Pelas reivindicações das massas (salário mínimo real com escala móvel, etc) para acabar com a miséria que leva às doenças!



## CONGRESSO DE PIRACICABA PROFESSORES REAGEM À FRAUDE DA ARTICULAÇÃO

O recente Congresso de unificação dos sindicatos de professores e funcionários realizado em Piracicaba foi palco de um importante passo dado pela vanguarda do professorado contra a direção burocrática da APEOESP (Articulação). Em torno de 40 % dos delegados se opuseram à manobra proletária da unificação, que acabou frustrada por motivos puramente aparelhistas e que colaboram, objetivamente com o governo ao manter a divisão da classe e reforçando o corporativismo.

A corrente proletária (leste 2) que luta por construir uma direção classista para o movimento, vem batalhando no sentido de estruturar um programa principista para a educação, por entender que sem isso o que se constrói são ajuntamentos oportunistas. Foi isto que lhe permitiu polarizar o enfrentamento com a Articulação. Somente a Corrente Proletária pôde fazer a crítica principista à linha de conciliação de classes da direção e seus aliados. Neste sentido, a crítica à LDB de Jorge Hage teve o efeito de catalizar a

disposição antiburocrática dos delegados porque pôs a descoberto a podridão reformista da direção da APEOESP, que defende o monstro privatista e clerical do projeto burguês.

A defesa da escola pública só pode ser consequente desde a perspectiva do proletariado, por isso defendemos uma escola única, gratuita, autônoma e laica, sustentada com fundos públicos e com total exclusão do ensino privado.

Como resultado do choque, formou-se um agrupamento que pretende se encaminhar para a constituição de uma oposição à diretoria para concorrer às próximas eleições. Entretanto, para não se tornar um fenômeno puramente circunstancial, precisa estar armado de um programa baseado na independência de classe, impossível de ser alcançado sem a construção de uma poderosa corrente proletária. A tarefa colocada aos professores e funcionários que começaram em Piracicaba a se deslocar da influência da Articulação é a de construir uma Corrente Proletária na Educação.

## "ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA" MISTIFICAÇÃO E HIPOCRISIA CAPITALISTAS

Collor reedita o Movimento Brasileiro de alfabetização, criado pela ditadura militar (Médici) em 1970, com os mesmos objetivos: acabar com o analfabetismo. Porém, critica o Mobaral por não conseguir, nos seus quinze anos de existência, reduzir o número de analfabetos no país, pretende ser mais ousado e fixa a meta de, em quatro anos, eliminar 70 % do analfabetismo.

O "Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania" é o nome dado a esse plano educacional do governo, que será sustentado pelo imperialismo (principalmente pelo BIRD) e terá de contar com apoio de empresários, sindicatos operários e as centrais sindicais. Não é por acaso que consta da pauta do pacto social.

O governo reconhece que será necessário muito dinheiro. Fala-se em 10 bilhões de cruzeiros ainda esse ano e 40 bilhões em 1991. Diz ser democrático porque possibilitará a discussão nos municípios, estados e até uma conferência nacional para aprovar o plano final, mas não fala qual a função dessas assembleias e esconde a tarefa de decisão que certamente colocou nas mãos dos órgãos governamentais ligados à educação.

Qual deve ser a resposta ao engodo proposto por Collor? A conferência nacional "Trabalhadores, a escola pública e o analfabetismo", realizada pela Cut (com participação restrita às direções sindicais), critica o programa e aponta dois elementos fundamentais: 1) "Erradicar o analfabetismo pressupõe, assim, erradicar a miséria total a que estão submetidas crianças, jovens e adultos"; 2) "Não haverá projeto sério de alfabetização se não houver, como suporte, projeto de mudança radical na ordem econômica e social". Para isso, propõe "Uma política de crescimento econômico com distribuição de renda acompanhada de políticas sociais voltadas às necessidades da maioria da população; reposição das perdas salariais; aumentos das verbas para educação (de 3,5 % para 10 % do PIB), etc.

A direção da Cut omite a essência do problema, ou seja, não é possível erradicar o analfabetismo sem acabar com o capitalismo, pois é próprio deste regime putrefato, na sua atual fase de decadência, a necessidade de destruir forças produtivas. A educação, como parte das forças produtivas, sofre portanto os efeitos destrutivos da crise capitalista. Por que é que um regime que condena à destruição física (recessão e desemprego crônico) milhões de trabalhadores estaria interessado em integrar os analfabetos à civilização? Não é uma ilusão pensar que a erradicação do analfabetismo seja o resultado de reformas no capitalismo como prometem os reformistas?

O problema do analfabetismo não se restringe aos países semicoloniais, hoje atinge também as metrópoles imperialistas. Nos Estados Unidos, por exemplo, existem 25 milhões de analfabetos!

A direção da Cut, corrente Articulação, não luta consequentemente pela destruição do capitalismo, está empenhada em eleger um governo democrático-popular, que seria capaz, segundo eles, de solucionar problemas graves como esse do analfabetismo no quadro do capitalismo. E o mais grave é que essa direção se colocou por atender a convocação do governo para participar de um pacto social, que irá, entre outras coisas, implementar o programa educacional.

A corrente proletária na educação considera o programa do Collor como mais uma falácia imposta pelo imperialismo e conclama a Cut a romper com a negociação e preparar um amplo movimento nacional para impor as reivindicações das massas de salário mínimo real com escala móvel, reposição das perdas, terra aos camponeses e aos sem teto, etc. E junto com essas, defender algumas reivindicações transitórias para a educação como Escola Pública, gratuita e autônoma; fim do sistema privado de ensino; jornada de 4 horas para crianças e adolescentes, sem redução do salário; Redução da Jornada de trabalho.

## ESTUDANTES ENFRENTAM OS PLANOS DO GOVERNO

A mobilização dos pais de alunos de 2o. grau e dos estudantes das universidades particulares contra os aumentos abusivos das mensalidades, trouxe a tona a crise do ensino privado e a necessidade de reconstrução do movimento estudantil. As MPs 207, 233 e 244 tiveram o efeito de desnudar o caráter mercantil do ensino (é uma mera mercadoria) e o objetivo do governo de que seja regulado, portanto, pelas leis de mercado (livre negociação). Ao mesmo tempo, mesmo que com o risco de exacerbar momentaneamente a barganha pelo preço, as MPs jogam com a colaboração dos estudantes e dos pais na sustentação do ensino particular, desviando a discussão para a determinação do índice "justo" de aumento e ocultando o problema central que é o caráter mercantil da educação.

Nos conflitos provocados pela "livre negociação" do Chiarelli, resalta a dificuldade dos estudantes e dos pais em empunhar a defesa da escola pública e gratuita contra o ataque dos donos de escolas. Este é o resultado do predomínio da orientação cretinizante e despoliticizadora das direções petistas e estalinistas no Movimento estudantil nos últimos anos, que anularam todo potencial revolucionário da massa estudantil para enfileirá-la por detrás do processo de democratização do Estado burguês.

Causa verdadeiro espanto ouvir, nas assembleias, a defesa, por parte dos próprios estudantes, de índices de aumentos "justos", quer dizer, - que garantam o lucro "justo" do parasita/proprietário da escola.

Por que a degradação do ensino (sua transformação em mercadoria) não é questionada pelos estudantes? Porque suas próprias direções concordam e são cúmplices com esta degradação! Basta ouvir o silêncio da UNE (União Nacional dos Estudantes) diante destes acontecimentos. E mais. A UNE não só cala a boca, como também desmarca o seu Congresso anual (onde teria que se organizar uma campanha nacional contra os aumentos, pelo congelamento, contra o ensino privado e pela estatização, por exemplo) para se dedicar à caça de votos. Nisto tudo, a UNE segue a orientação do PT em favor do ensino particular, haja vista a campanha feita pela direção do partido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação) de Jorge Hage, projeto de lei que consagra a existência da rede privada de ensino e do subsídio estatal às mesmas, assim como a garantia do ensino da religião e a presença do clero na educação ao lado de tímidas reformas do ensino público.

Os estudantes das escolas particulares que hoje saem à luta deverão superar o marco imposto pelas MPs, se quiserem garantir o seu direito à educação. Espremidos pelo sagrado direito de propriedade dos donos de escolas, toda conquista alcançada, no quadro do ensino particular, será efêmera, e voltará a colocá-los uma e outra vez em confronto. Para superar estes limites é preciso contrapor aos donos das escolas a força organizada das assembleias de estudantes e aproveitar as mobilizações em curso para reestruturar os Centros Acadêmicos autônomos e de combate. Entendemos que desta maneira se estará caminhando rumo à construção de uma nova direção para o ME, baseada na defesa intransigente da Escola Única Pública e Gratuita, com autonomia e co-governo estudantil-docente, assentada na soberania da assembleia universitária.

A T.POR chama os estudantes das escolas particulares a rechaçar qualquer aumento e a defender o congelamento imediato das mensalidades, a estatização de toda a rede privada de ensino e a constituir uma poderosa Corrente Revolucionária da Juventude em torno da estratégia da classe operária. A defesa consequente da educação, do ensino, da pesquisa e da cultura em geral, assim como a sua colocação a serviço do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, só pode ser assumida pela classe interessada em emancipar a sociedade da opressão capitalista e proletária.

## UNIP - OBJETIVO ALUNOS EM LUTA

No dia 10 de outubro, os estudantes da unidade Vergueiro da UNIP decidiram o não pagamento das mensalidades de outubro e a formação de um comando de luta. Imediatamente foi encaminhada a tarefa de contatar os estudantes das outras unidades para unificar o movimento.

A eleição de representantes de classe para fazer a "Livres Negociação" deverá ser aproveitada para estruturar melhor o movimento e já se pensa até na greve, como o próximo passo.

Certamente, a escola não vai ficar nos 120 % que está exigindo e os estudantes devem se preparar para um embate mais fundo, onde se colocará não só a luta pelo congelamento como também a estatização de todo o sistema escolar, como única forma de garantir o direito à educação.

## NOVE DE JULHO CONTRA OS AUMENTOS

Os estudantes das Faculdades Nove de Julho vêm se mobilizando contra os aumentos e constituíram em assembleia um comando para encaminhar a luta pelo congelamento das mensalidades. A escola já aumentou as mensalidades em 600 % no semestre passado e a mobilização dos alunos conseguiu o congelamento nos últimos 3 meses.

A importância do comando e da mobilização tem crescido a ponto de colocar-se pela estruturação de um Centro Acadêmico (C.A.) autônomo e de combate, capaz de estruturar um programa revolucionário para o movimento estudantil.

Nesta escola, os professores fizeram uma greve por reajuste de salários. O comando chamou os estudantes a apoiar o movimento sem contudo defender o repasse dos aumentos às mensalidades. Está colocado para professores e estudantes das escolas privadas a luta pelo ensino único, autônomo, público e gratuito.

## BRAS CUBA PELO CONGELAMENTO

No mês de agosto, a UBC impôs um aumento de 35 % nas mensalidades, o que provocou o início do movimento pelo congelamento por parte de um setor dos alunos. Paralelamente, outro grupo entrou na justiça contra a escola baseado na própria MP223 do governo e com denúncias na SUNAB, o que conseguiu inicialmente a adesão de bom número de alunos.

A direção da escola, aproveitando o caráter passivo da resistência, pressiona os estudantes no sentido de desorganizá-los e, mesmo com o processo correndo na justiça, lançou outro aumento de mais 35 % em setembro.

Mesmo sem abandonar as medidas legais, os estudantes precisam se organizar em torno do congelamento das mensalidades e estruturar um movimento massivo de resistência, baseado nas assembleias gerais que discutam e encaminhem as decisões coletivamente tiradas. Caso contrário, o proprietário sempre encontrará meios para aumentar as mensalidades e, finalmente a lei burguesa estará do lado dele. A luta contra os aumentos abusivos só pode ser corretamente encaminhada se tiver como perspectiva o fim do ensino privado, o que coloca a necessidade de estatização de todas as universidades particulares.

## TÊXTEIS

## PELEGOS ENTERRAM CAMPANHA SALARIAL

A campanha salarial dos têxteis de São Paulo já começa prejudicada. A diretoria do Sindicato (ligada ao sindicalismo de resultados de Medeiros) não soltou, até os primeiros dias de outubro, um boletim sequer. Apenas em algumas fábricas convocou uma assembleia para o último dia 14, que acabou esvaziada. Mandou a paula de reivindicação para os patrões sem consultar a categoria. Já marcou nova assembleia para o dia 28 (para a qual não está convocando), para poder

fechar um acordo com os patrões e bloquear a disposição de luta da categoria, expressa nas várias greves combativas de julho e agosto (Alpargatas, Fillepo, Gasparin). Sua campanha unificada se restringe à categoria têxtil no Estado de São Paulo, é apenas unificada entre as diretorias de sindicatos (na maioria pelegos), e não permite que as bases se manifestem ou mobilizem.

Contra a paralisação do sindicato, a oposição "Têxteis da CUT" defende, nas fábricas, uma cam-  
 nha unificada junto a outras ca-  
 tegorias, de luta, voltada para a  
 greve geral, com a mobilização e  
 deliberação das bases através  
 dos comandos de base regionais e  
 dos atos regionais unificados.

Contra a paralisação da direção da CUT, que bloqueia as lutas unificadas com o pacto social a oposição defende:

Nada de Pacto! Nenhuma trégua aos patrões e ao governo! Organizar a greve geral!

Só conseguiremos a reposição de 350 % com a greve!

## JUDIACIÁRIOS

## ELEITORALISMO DA CS EM XEQUE

Durante a última campanha eleitoral, travou-se uma luta política no interior da direção do Sindicato dos Judiciários de São Paulo sobre a posição a ser tomada frente às eleições. Uma ala da diretoria, formada por militantes da CS, CO, OT, propunha que o Sindicato fizesse campanha pelo PT, defendendo o voto nos candidatos da União Democrática e Popular. Contra essa ala, levantou-se um setor que se opunha à transformação do sindicato em comitê eleitoral, que impediria de se colocar como verdadeiro

instrumento de luta, e defendia o voto nulo nas eleições e que o sindicato iniciasse imediatamente uma campanha de luta pelas perdas sofridas pela categoria nos últimos meses, no rumo da greve geral.

A defesa do método de ação direta das massas (greves, ocupações, etc.), em oposição ao democrático reformismo da CS, PT, etc., constitui-se num avanço desse setor da direção, acrescido pela defesa do voto nulo contra os partidos burgueses e a traição do reformismo às as-

pirações dos trabalhadores e em defesa das reivindicações das massas.

Mas é preciso também apontar que lhe falta defender a construção do partido operário revolucionário, sem o qual o reformismo continuará a imperar nos sindicatos e na CUT, arrastando as massas para um caminho que não é seu e que só pode resultar em derrota. Sem partido revolucionário não é possível travar uma luta para o fim da exploração

## SECURITÁRIOS

## PREPARAR A CAMPANHA SALARIAL

Alguns setores da categoria têm procurado resistir à espoliação salarial de Collor, realizando greves por empresas: Itau, 2 dias; Finasa, uma semana; Real, um dia; ou paralisações parciais: Adriática, Interatlântico, etc. No entanto, esses movimentos, por estarem isolados, têm obtido índices insignificantes, de 10% à 35%, que não repõem as perdas salariais, hoje acumuladas em 350% sobre março. E, para evitar a generalização do movimento grevista, os patrões cederam uma antecipação salarial de 30% em setembro.

A principal responsável pelo isolamento das greves é a diretoria do sindicato, que desde o lançamento do plano tem evitado chamar a assembleia geral de categoria, para preparar a luta unificada. Fracassada a manobra de pressão em torno da política salarial sobre o Congresso, hoje, diante das pressões da categoria em luta, vê-se obrigada a assumir abertamente a política do sindicalismo de resultados, isto é, procura isolar as greves que estouram, desgastando-as até que os patrões possam impor um acordo miserável.

Essa política levou a categoria a um refluxo momentâneo, expresso na ausência de greves. Mas os baixos salários mantêm o descontentamento generalizado, indicando a tendência de uma retomada das lutas.

Em novembro, abre-se a campanha salarial dos securitários (-

data base em 10. de Janeiro). Com o agravamento da situação econômica (inflação sem correção salarial), a tendência de luta aponta para a greve geral da categoria, que só poderá se materializar se a oposição conseguir quebrar o bloqueio imposto pelos pelegos.

## O QUE TEM FEITO A OPOSIÇÃO DIRIGIDA PELA T. POR

Desde o início do plano, a oposição tem levantado a necessidade de uma assembleia geral, chamada pelo sindicato, para preparar a greve geral.

Diante da derrota dos movimentos isolados e do aumento do descontentamento na categoria, a necessidade da assembleia geral para generalizar as lutas e preparar um movimento de maior envergadura, passou a ser mais compreendido pela categoria. A política de isolamento da burocracia tem se chocado abertamen-

te com uma camada mais aguerrida de luta, mostrando assim o seu caráter pró-patronal e a necessidade de construção de uma verdadeira direção de luta. O atual ascenso grevista coloca uma nova fase de construção da oposição no sentido de estruturação de um verdadeiro pdlo classista na categoria. Hoje trata-se de preparar a Campanha Salarial, visando a preparação da greve geral, através dos comandos de luta em cada empresa.

## METALÚRGICOS ABC AS TAREFAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A direção do Sindicato (Articulação) conseguiu que uma assembléia de metalúrgicos aprovasse a sua proposta de apoiar a negociação da Cut com o governo e os patrões na mesa do "Entendimento Nacional". Para passar a sua proposta a direção teve que colocar-se, formalmente, contra o pacto social, ludibriando com esta manobra a assembléia, quando na verdade a Cut está mesmo é negociando o Pacto.

Na mesma linha de colaboração de classes, o Sindicato sacrificou a campanha salarial (data base setembro) preferindo abrir mão das reivindicações econômicas (salário) e prorrogar as cláusulas sociais (assistencialismo). Semelhante atitude teve também quando o Plano Collor foi decretado, opondo-se às mobilizações operárias em nome da garantia dos empregos ameaçados pela recessão. O resultado é por todos conhecido: milhares de demissões e o arrocho se aprofundou. Diante disso explodiram as greves, porém isoladas pela própria diretoria do Sindicato que aderiu à tática do sindicalismo de negócio, conseguindo como tudo resultado míseros reajustes (entre 20 e 50 % diante de uma expropriação salarial de 300 %) a título de adiantamento.

Quando os operários radicalizaram e ocuparam as fábricas para se opor às demissões como no caso da Arleb, o Sindicato foi lá demover os grevistas com a conversa da negociação. Resultado: mais de 1.000 demitidos! Na Ford, o Vicentinho negociou a traição ao movimento com a Au-

tolatina escondido nos hotéis de São Paulo e impediu a generalização do movimento como era o anseio dos operários da Volkswagen.

A rota da direção do Sindicato é a da colaboração de classes e a derrota. Este é o resultado inevitável do predomínio da política reformista/burguesa da Articulação, cujo objetivo se reduz a erradicar algumas mazelas do capitalismo. As lutas e as greves servem tão somente como instrumentos da negociação conciliadora por isso se opõem a elas quando ameaçam projetar a oposição classista ao governo e ao regime. Toda a preensão destes burocratas é a de serem reconhecidos como os interlocutores privilegiados com a patronal e o governo.

Para transformar o Sindicato em órgão de defesa dos explorados e tirá-lo da paralisia é imprescindível a construção de uma poderosa fração revolucionária no Sindicato, que levante a defesa intransigente das reivindicações das massas como forma de colocar os trabalhadores na luta contra o governo e a exploração capitalista.

Cabe esta fração defender a preparação da greve geral da categoria e a sua unificação com a campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Que o Sindicato volte a preparar as lutas da classe em assembleias monstros na Vila Euclides. NÃO AO SINDICALISMO DE NEGÓCIOS. PELO SINDICALISMO DE CLASSE E REVOLUCIONÁRIO. FORA O REFORMISMO DO SINDICATO.

## TODO APOIO AS OCUPAÇÕES DE DIADEMA

Em Diadema tem crescido o movimento dos sem-terra. A luta pela moradia é fruto da extrema miséria de grande parte da população sacrificada pela superexploração. Trata-se de uma região industrial que recebe constantemente uma grande quantidade de trabalhadores de outras partes do país. Certamente, isso ocorre com todos grandes centros urbanos, por isso neles também a luta pela moradia e as ocupações são comuns.

Neste preciso momento, duas mil e quinhentas famílias estão prestes a se confrontarem com a polícia na denominada "Vila Socialista", e na antiga ocupação "Morro do Samba". E são trabalhadores que todos os dias deixam nas fábricas, comércio, construções, etc uma enorme riqueza produzida pelo seu trabalho.

Os ocupantes levantaram como lema: NÃO QUEREMOS GUERRA; QUEREMOS A TERRA. No capitalismo, a expropriação pela força (ocupação) de qualquer propriedade privada tem como resposta da lei, do Estado e dos donos a guerra. Sabendo disso, a comissão organizadora tem trabalhado para mobilizar a região em defesa da ocupação, realizando passeatas massivas constantes e denunciando a ordem de despejo do juiz, que foi claramente comprado pelo proprietário do terreno.

Há uma solução, inclusive legal, para o problema. A prefeitura pode expropriar a área e colocar recursos para organizar a Vila Socialista. Entretanto, o prefeito do PT não apenas respondeu com o mesmo argumento de qualquer governo capitalista, o de que não tem recursos, como negou a liberação de ônibus para os ocupantes se dirigirem até o governador Guércea.

A atitude da "gestão popular do PT", em Diadema, é mais vergonhosa ainda: o prefeito está a favor do despejo, como fez com a ocupação do Buraco do Gazuza, em que foi o mandante das tropas de choque. Na sexta-feira (dia 12), cerca de 500 manifestantes se concentraram em frente à

prefeitura para protestar, deparando-se com 150 policiais convocados pelo prefeito.

De uma hora para outra, a violência militar poderá se precipitar sobre a Vila Socialista e Morro do Samba, e o que mais chama a atenção é o silêncio dos sindicatos, petistas, religiosos de esquerda, etc, enquanto que a população se mostra receptiva ao apelo das famílias ocupantes. Em função da necessidade de resistir a mais um ato de opressão, foi formado um Comitê de Apoio, aberto a todas correntes políticas e entidades que se coloquem pela defesa da moradia e das condições de vida dos assalariados.

A mobilização externa e o apoio material é uma importante atividade para se sustentar a contraofensiva da repressão. O simples fato de centenas de famílias serem obrigadas a ocupar as terras e terem de enfrentar, juntamente com seus filhos pequenos, a parafernália militar, colocada a serviço do rico proprietário, demonstra muito bem como os capitalistas já não asseguram minimamente a sobrevivência de seus escravos modernos (escravos do capitalismo). Nestas condições, a luta pela moradia se constitui na resistência elementar do direito de viver dos assalariados e um passo na luta contra o capitalismo. Para que estes movimentos sejam fortes e vitoriosos, é preciso a unificação do movimento popular com o movimento sindical e com todas as organizações fabris, formando um só corpo e tendo por base uma plataforma de reivindicações de forma a enfrentar os proprietários, seu Estado e suas leis.

TODO APOIO A VILA SOCIALISTA!  
FORTELEÇAMOS O COMITE DE APOIO!  
TRANSFORMEMOS A OCUPAÇÃO EM LUTA DE TODOS OS OPRIMIDOS! FORA COM O PREFEITO CARRASCO JOSE AUGUSTO DO PT!  
UNIFIQUEMOS TODOS OS MOVIMENTOS DOS SEM-TERRA!

# PLENÁRIA DAS OPOSIÇÕES CONTRA O PACTO

No último dia 13 de outubro, se reuniram na CUT regional as oposições aos sindicatos pelegos metalúrgicos, têxteis, securitários, etc. A pauta da reunião era Campanha Salarial Unificada e Estruturação, já que o ponto conjuntura poderia ser discutido na plenária específica da CUT regional de 18/10.

Sobre a Campanha Unificada, as oposições avaliaram os boletins que a regional vem soltando como fracos e desvinculados do trabalho das oposições. Não apontam para uma campanha de luta, nem tocam nos problemas das categorias. A direção regional se propôs a tirar um boletim no qual as oposições participassem, para corrigir o problema.

Entretanto, a questão não é se fazemos boletins conjuntos ou não. O problema para o esvaziamento da campanha unificada é político: qual foi a linha da regional para a campanha unificada? Como as oposições poderiam desenvolver uma linha de luta, que as diferenciasse do pelego e possibilitasse seu crescimento enquanto direção classista?

Os pelegos propuseram campanhas unificadas dentro de suas categorias. Qual é o conteúdo desse tipo de campanha? São campanhas corporativistas, de cúpula (apenas as diretorias participam das negociações), de negociação para um acordo, contra as lutas. Como combater essa linha de conciliação de classe, de ar-

rocho e de derrota? Somente levantando uma campanha unificada para valer, não corporativista, de todas as categorias, de luta, voltada para a greve (sem a qual não se arranca a reposição), com a ampla mobilização das bases (inclusive na negociação), etc.

Mas, para levantar uma campanha assim, seria preciso romper com o bloqueio que atua sobre a classe que é o pacto social. A direção nacional da CUT, rompendo com a decisão do Congresso Nacional de 86, foi ao pacto, que nada mais é do que uma tentativa de "melhorar as relações entre capital e trabalho", conforme seu preâmbulo, ou seja, quebrar as greves. É preciso levantar claramente contra o Pacto Social, pela Greve Geral. Sem essa perspectiva, que deveria a-

pontar desde já que somente com a greve unificada se poderia arrancar a reposição, não é possível conquistar a confiança dos trabalhadores para a campanha unificada. A campanha unificada só sairia se fosse contra a conciliação, contra o plano Collor, pela greve geral.

A direção regional, ao se negar a se posicionar publicamente contra o pacto, alegando estar combatendo contra o mesmo nas instâncias da central, mostrou-se incapaz de construir a campanha unificada de luta junto às massas. Sob essa linha, não se constrói uma direção alternativa, nem contra os pelegos nem contra a burocracia da Articulação.

**NADA DE PACTO! ORGANIZAR A GREVE GERAL!**

No último dia 17/10, reuniu-se uma comissão com representantes da CUT regional SP, e das oposições para elaborar um boletim "unificado". Para começar, houve até propostas no sentido de não se referir à campanha unificada, em plena etapa de negociação entre os sindicatos (Vito Bianotti). Contra essa posição, a T POR levantou a necessidade de intervir no processo com a proposta de campanha unificada e de luta, conforme matéria acima. Teve ainda de lutar contra a inclusão de um balanço eleitoral que certamente viria como um balde de água fria sobre os trabalhadores que votaram nulo e estavam esperando uma posição de luta na campanha.

Mas o pior foi a rejeição de se colocar a defesa da greve no título do material, sob as alegações mais absurdas ("a CUT não pode bancar uma greve unificada", etc). A verdade é que se colocaram contra apontar desde já o caminho a ser seguido na campanha para arrancar a reposição salarial. A defesa da greve como única arma capaz de arrancar a reposição é o mínimo que se poderia esperar de uma direção de luta.

## ANEXAÇÃO DA ALEMANHA ORIENTAL PREPARAR A REVOLUÇÃO ANTICAPITALISTA

A anexação formal da Alemanha Oriental pela Ocidental, no dia 3 de outubro, foi saudada como o resultado da supremacia econômica e democrática do capitalismo sobre o comunismo. Por seu turno, as autoridades russas declararam ser esta uma grande contribuição da Perestroika. Quanto à supremacia capitalista, a burguesia pode cantá-la porque, na verdade, nunca a Alemanha Oriental chegou a ser comunista, pois para isso dependia da revolução proletária nos grandes países industrializados, como na própria Alemanha Ocidental, de tal sorte que se quebrasse a hegemonia da produção e do mercado mundial capitalista.

A burocracia estalinista do Leste Europeu é a grande responsável pelo sucateamento das forças produtivas da economia estalinizada e fortalecimento do imperialismo no seu objetivo de solapar as vitórias do proletariado revolucionário. A democracia de que fala Helmut Kohl é a do grande capital internacional, que oprime o mundo inteiro; e a ditadura de Erich Honecker que desabou é a do estalinismo, a mesma que ainda impera na Rússia, sob a forma adaptada da Perestroika de Gorbashov.

A anexação significa um grande retrocesso, pois coloca o proletariado oriental na condição de

escravos modernos e transforma sua condição de oprimido pela burocracia parasitária em assalariados da ditadura do capital. A quebra de direitos fundamentais, como o do emprego e a previsão de desemprego de cerca de 4 milhões de trabalhadores, são os primeiros sintomas do ingresso no regime de exploração do trabalho. Se antes da absorção capitalista da Alemanha Orien-

tal, se colocava a revolução política, para destruir a casta estalinista e defender a economia estalinizada, bem como travar a luta internacionalista, agora se coloca a unidade do proletariado para a revolução socialista. A construção do partido revolucionário, quarto internacionalista, é a tarefa estratégica fundamental.

## NICARÁGUA A CONTRAREVOLUÇÃO AVANÇA

A contra-revolução na Nicaragua continua a avançar. Violeta Chamorro instalou uma Junta Revisora, que tem por objetivo examinar o pedido de devolução de mil propriedades confiscadas pela revolução sandinista. Em fins de setembro, o governo já entregou a antigos donos 16 empresas. A Frente Nacional dos Trabalhadores, com forte base sandinista, colocou-se contra a desestatização e ameaça com uma campanha de desobediência civil, para ocupar as empresas reintegradas aos capitalistas. A desestatização é apenas uma parte da ofensiva do governo da UNO. Chamorro está empenhada em aplicar rigorosamente os planos do FMI, que pressupõe, entre outras coisas, a demissão de 25 mil funcionários públicos. A disposição de luta dos trabalhadores não cessou, como ficou demonstrado nas barricadas da última greve que abalou Managua. A dificuldade está em que estes não podem contar com a direção sandinista que traiu a revolução, compactuando com as pressões do imperialismo e que hoje colabora no governo com os adversários do povo. As massas terão de se livrar da direção traidora e construir uma revolucionária, que lute pela reconquista do poder, expulsão do imperialismo e expropriação da propriedade burguesa.

## A ESTRATÉGIA IMPERIALISTA PARA AMÉRICA LATINA

Em 27 de Julho deste ano, o governo norte-americano lançou o plano Bush para a América Latina, que foi denominado de "Iniciativa para as Américas". O seu objetivo é o de criação "da zona de livre comércio do Alasca à Patagônia". Segundo os porta-vozes dos EUA, destacam-se três pontos: redução da dívida externa oficial, derrubada das barreiras comerciais e liberação das políticas de investimento no continente. Anthony Molley, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, estima que a integração do México, Canadá e seu país abarcará 90% do PIB do Hemisfério. Tal declaração é uma ameaça aos demais países latino-americanos, avisando-os que terão de se submeter, sem muitos rodeios e terceiro mundismo.

É nesse sentido que Bush trabalha para penetrar a fundo no México, depois da imposição do famigerado Plano Brady, que inaugurou um entreguismo sem precedente da economia mexicana. A submissão deste país, em todos aspectos, faz parte da fase inicial do Plano para as Américas. Quanto aos demais países, o imperialismo ianque exige que pri-

meiro façam reformas estruturais no sentido da liberalização do comércio. "Ficaria chocado se o Brasil ou Argentina solicitassem agora um acordo de livre comércio porque ainda não estão prontos para isso". Este é o pensamento do responsável pela área do comércio internacional dos EUA, Peter Field (Folha de São Paulo).

No fundo, o imperialismo se bate por resolver alguns problemas fundamentais com a América Latina. Necessita de retornar ao superávit comercial que tinha com nosso continente, controlar mais largamente os mercados, manejar mais livremente os ramos fundamentais da produção e resolver, em parte, o problema da dívida externa a seu favor.

Os apologistas do imperialismo propagandeam que uma nova ordem econômica está a caminho com a integração do Leste Europeu na órbita capitalista e o fim da "guerra fria", de tal forma que é decisivo, para o desenvolvimento dos países atrasados, também se incorporarem às vantagens abertas pela situação. Entretanto, o que se passa é a desintegração da economia mundial,

que se expressa tanto na formação dos blocos protecionistas, quanto pela pressão das metrópoles para que os países atrasados abram completamente suas fronteiras nacionais e renunciem o pouco de soberania que ainda detêm os Estados nacionais. O mundo capitalista caminha para um conflito interblocos, que é a forma assumida pelo grande capital em choque com suas próprias fronteiras nacionais. É sintomática a resposta contraditória dada por Luigi Einaudi, embaixador dos EUA na OEA, quando afirma que o Plano Busch "não é uma resposta à Europa unida" e, ao mesmo tempo, que é "o bloco formado para acabar com os blocos" (Estado). A estratégia do imperialismo americano é a de tanto submeter mais acabadamente todo o continente, quanto arrastá-lo para a luta interimperialista, que por ora aparece na forma do protecionismo e guerra comercial.

O "convite" para o Brasil se juntar aos EUA, para aprovar um acordo de comércio agrícola no Gatt e atender às exigências de abertura de suas próprias fronteiras, exemplifica bem a ofensiva dos gringos nos dois flancos. Desta forma, a iniciativa para as Américas não é outra coisa senão uma política para o imperialismo do norte descarregar sua crise de superprodução e armar as linhas de força para o conflito em pleno desenvolvimento entre os imperialismos, que vêm esgotada a partilha da Segunda Guerra Mundial.

A capitulação estalinista Leste Europeu, ainda em andamento, não é suficiente para livrar os países capitalistas semicoloniais do ataque recolonizador. Os governos "democráticos" da América Latina são incapazes de resistir às metrópoles. Cabe ao proletariado levantar a bandeira antiimperialista de emancipação de todo continente e soberanias nacionais, que só poderão ter vigência mediante a luta pela revolução socialista, que terá lugar nos países determinados e se projetará pelo continente e deste internacionalmente.

A única integração possível e progressista é a da cooperação entre nações livres, onde não haja opressores e oprimidos, onde não prevaleça interesses nacionais mesquinhos. Para isso, é necessário o proletariado levantar a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, a única que pode consubstanciar a tarefa de derrotar o imperialismo.

## GORVACHOV REINVENTA A ESCRAVIDÃO

Desta vez o prêmio Nobel da Paz foi dado a Mikail Gorbachov, pelos seus serviços prestados ao Imperialismo. Talvez o capital internacional não tenha dado um presente (dólares) e uma homenagem tão justos como ao líder russo, do ponto de vista dos interesses da burguesia, que trabalha por destruir as conquistas da revolução de Outubro. A Perestróika de Gorbachov entregou a Alemanha Oriental, abriu as fronteiras para o capital na Polónia, Checoslováquia, etc e, principalmente, colocou a Rússia na rota da economia de mercado, isto é, do restabelecimento da propriedade capitalista. Os Planos de reformas, em torno dos quais se divide a burocracia, se fundamentam na privatização, desnacionalização das terras, quebra do monopólio do comércio exterior, restabelecimento do sistema bancário capitalista, liberação dos preços e quebra do princípio de trabalho a todos.

Pouco antes da premiação, o parlamento soviético (transformado em um antro de parasitas) discutia um projeto de "Lei do Trabalho", que visa dar ao trabalhador "o direito de dispor à vontade de sua força de trabalho". Pela lei antiga, ninguém poderia ficar mais de 6 meses desempregado. Desta maneira, ninguém poderia viver parasitariamente. A nova Lei, pelo contrário, procura reedificar o direito capitalista de demissão, pois esta é uma das condições essenciais para se impor as relações burguesas de produção, onde os donos do capital (minoría) necessitam dos assalariados livres que lhes vendam sua força de trabalho a preço de banana.

O prêmio Nobel presenteia Gorbachov por reinventar a escravidão moderna, depois de ter sido abolida em Outubro de 1917.

EUA

## O GIGANTE IMPERIALISTA EM CRISE

Recentemente, as autoridades norte-americanas realizaram o prognóstico de crescimento econômico, baixando a expectativa de 2% do PIB para apenas 1%. Em realidade, o gigante capitalista já atingiu a situação recessiva, como constatam analistas internacionais. "Milhões de norte-americanos estão enfrentando situações de desemprego, congelamento dos salários, falências e quedas dos preços imobiliários e, concluindo, a partir de tudo isso, que estão vivendo no que constitui uma recessão". Eis o depoimento de Louis Vchitelle, do The New York Time. A queda na produção se combina com inúmeros fatores econômico-financeiros, que indicam o avançado processo de desagregação do mais poderoso país imperialista. A explosão do déficit público é um deles. A tentativa de pôr em prática a Lei Gramm Rudman, que estabelece um corte de 100 bilhões de dólares no déficit estatal, provocou o maior corre-corre entre a Casa Branca e o Congresso. Inclusive, um dos aspectos de tal Lei refere-se a um drástico corte nos programas sociais, justamente no momento em que a recessão se manifesta. O presidente Bush não teve outra alternativa senão selar um acordo com os democratas e parte de seu partido republicano, para reduzir em 5 anos o déficit orçamentário em 500 bilhões de dólares, isto é, quase 5 vezes mais o valor da dívida externa brasileira. Depois de um grande impasse, que levou o governo a ameaçar com a demissão imediata de dois mil e quinhentos funcionários públicos, o que de fato ocorreu foi que o Legislativo aprovou uma lei de emergência.

Os partidos burgueses sabem que pouco adianta o corte de apenas 40 bilhões de dólares este ano, o aumento de 145 bilhões em impostos e o corte no programa de assistência médica. O enorme rombo financeiro do Estado é o reflexo do paulatino retrocesso da economia norte americana, que de exportadora de capital passou a importadora. Embora continue a ter o maior PIB e renda per capita do mundo, bem como controlar 40% do mercado mundial, passou, por outro lado, a ser o maior devedor mundial.

Em 1984, os EUA enfrentaram um grave abalo no seu sistema financeiro, com a quebra de um de seus mais importantes bancos, o Continental Illinois National Bank. Agora é a vez do Chase Manhattan Corp, que já prevê um prejuízo de 625 milhões de dólares, devido à quebra de setores imobiliários, profundamente endividados, e ao não recebimento dos juros da dívida externa.

No passado recente, a quebra-deira também atingiu largamente a agricultura. O mesmo se recorre, neste momento, como com-

prova o movimento protecionista e o confronto comercial. Os fazendeiros norte-americanos ameaçam de "guerra agrícola", caso a negociação da Rodada do Uruguai (Gatt) fracasse em torno da eliminação de subsídios aos agricultores europeus (Estado de São Paulo).

Mas o protecionismo não para por aí. Em outubro, Busch foi obrigado a vetar o projeto de lei que reduz as importações de produtos têxteis, confecções e calçados. E, na Câmara, por um triz que não se derruba o veto presidencial.

O esgotamento do déficit público, a persistência do desequilíbrio comercial, a situação de quebra financeira, a insistência inflacionária, as altas taxas de juros, a perda de competitividade das manufaturas e de setores de peso da economia e a fase de recessão que se abre

configuram um quadro de contundente crise, que atingirá violentamente a economia mundial. Além do mais, a putrefação não se limita aos EUA, estende-se para a Europa imperialista e Japão, ainda que em ritmo e intensidade diferenciados.

As massas americanas começarão a ser atingidas mais drasticamente. Terão de lutar. A ofensiva de reconquista do imperialismo será incrementada, empurrando os países semicoloniais para a barbárie capitalista mais aguda, onde a miséria se ampliará para camadas até então menos atingidas. O proletariado mundial terá de lutar bravamente. Desde as metrópolis até as semicolônias, o combate contra a burguesia putrefata e o imperialismo está colocado.

### IRAQUE

## TUDO PRONTO PARA INVASÃO

A força internacional da ONU (imperialista) já tem tudo preparado para realizar a agressão militar contra o Iraque: 300.000 soldados de terra, mar e ar estão prontos para começar o ataque. A dificuldade é que, ao contrário de Granada e Panamá, onde a debilidade econômica e militar desses países permitiu sua ocupação em poucas horas, o Iraque possui um exército de centenas de milhares de homens, bem treinados e armados com armas químicas e equipamento moderno. Além disso, o imperialismo busca um apoio político unânime entre os países imperialistas (em especial Alemanha e França) e pelo menos uma posição de neutralidade da parte dos países árabes em caso de guerra, para desfechar o ataque.

Da parte da URSS o apoio já foi ganho, pois esta se colocou ao lado da ONU exigindo a retirada do Kuwait.

Enquanto não se fecha um acordo global, procura-se desgastar o Iraque através do bloqueio marítimo e, agora, também aéreo.

Há a necessidade do capital financeiro internacional em solucionar o mais rapidamente possível o problema, porque a subida dos preços do petróleo está desencadeando um aprofundamento da crise mundial do capitalismo. As potências imperialistas estão unidas para controlar o mais importante combustível do mundo. FORA O IMPERIALISMO DO GOLFO PERSICO! ABAIXO O BOICOTE! QUE AS MASSAS ÁRABES RESOLVAM SEUS PROPRIOS PROBLEMAS!

## SIONISMO MASSACRA PALESTINOS

No último dia 8/10, quando protestavam contra religiosos radicais, judeus que tentavam invadir a Esplanada das Mesquitas em Jerusalém Oriental, um grupo palestino foi violentamente reprimido pela polícia israelense, resultando num saldo de 19 mortos. O massacre foi seguido pelo fechamento, pela primeira vez em 1400 anos, do local mais importante para os seguidores de Alá, a Mesquita de Al-Aqsa. Os 700 mil árabes residentes em Israel responderam a essa atitude com uma greve geral e dois dias de luto em solidariedade à causa palestina.

O episódio serviu para levantar e unir de certa forma o mundo árabe contra o massacre, fissurando o isolamento imposto pela ONU ao Iraque. O Irã chegou a propor o Jihad contra Israel (guerra santa). O alinhamento do Irã com o Iraque, ou mesmo de outros países árabes pode significar o fim do bloqueio econômico imposto pelo imperialismo. Este aliás lutou no interior da ONU para que não se "condenasse" o massacre, apenas que se praticasse um "excesso" da polícia israelense.

Os revolucionários não podem deixar de tomar uma posição frente a essa questão, que só pode ser a de colocar-se ao lado dos palestinos contra o opressor sionista.

# GUILLERMO LORA NO BRASIL

Na mês de setembro pp esteve no Brasil o dirigente do POR boliviano Guillermo Lora proferindo diversas palestras em sindicatos, universidades e na Biblioteca Municipal de Diadema.

Na história política dos últimos 55 anos, a trajetória do POR se destaca de todos os partidos operários pelo fato de nunca ter abandonado a estratégia da revolução e ditadura proletárias e por implantá-la no proletariado boliviano. Uma das conquistas mais importantes do trotsquismo são as teses de Bulacayo, aprovadas pelo Congresso da Federação dos trabalhadores mineiros em 1938, que traduzem o programa da revolução de nosso tempo. Elas estão plantadas definitivamente na mente e nos corações proletários, a ponto de se constituírem no principal obstáculo do governo pró-imperialista de J. Paz Zamora em sua arremetida contra as massas.

Guillermo Lora fez a defesa da construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil, analisou a situação mundial marcada pela crise estrutural de todo o sistema capitalista e sua refração sobre as economias atrasadas de onde se depreende a necessidade de um movimento antiimperialista liderado pela classe operária. Analisou também o papel dos sindicatos na luta de classes e o fenômeno da burocracia sindical, assim como a experiência do PT brasileiro.

Para a T.POR foi muito importante ter promovido estas atividades porque projetou a linha internacionalista revolucionária num momento em que as esquerdas capitulam, uma após a outra, perante o reformismo do PT e o processo democratizante. A receptividade e o vivo interesse despertados pelo dirigente boliviano, indicam que na vanguarda da classe se está operando uma lenta, porém segura evolução que a colocará no caminho da revolução.

## COMITÊ DE ENLACE

## RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL !

Concomitantemente à presença de G. Lora, realizou-se em São Paulo a reunião do Comitê de Enlace pela reconstrução da 4a. Internacional, organismo integrado pelo POR boliviano, o Comitê Construtor do POR argentino, Socialismo Revolucionário do Uruguai e pela T.POR do Brasil.

O Comitê analisou a situação mundial, fez um balanço da intervenção das organizações integrantes e tirou resoluções e orientações para o próximo período.

Um tema que mereceu especial atenção foi a decisão de ruptura da T.POR com o PT e as tentativas de se erguer partidos semelhantes ao PT na Argentina e outros países da América Latina. O CE aprovou a resolução da T.POR com relação ao PT e ao voto nulo nas eleições deste ano.

A realização deste encontro se constituiu num passo importante na estruturação política e ideológica do agrupamento que luta pela reconstrução da 4a. Internacional. Nas condições de desagregação e crise capitalista, a necessidade de se erguer uma direção revolucionária internacional se torna uma questão vital para as massas. A sua construção, entretanto, depende da existência de sólidos partidos operários revolucionários implantados nas massas nos respectivos países.

VIVA A IV INTERNACIONAL !